

Reforma da Remuneração dos Servidores Públicos

Nelson Barbosa

Propostas de Reformas para Destruir o Brasil

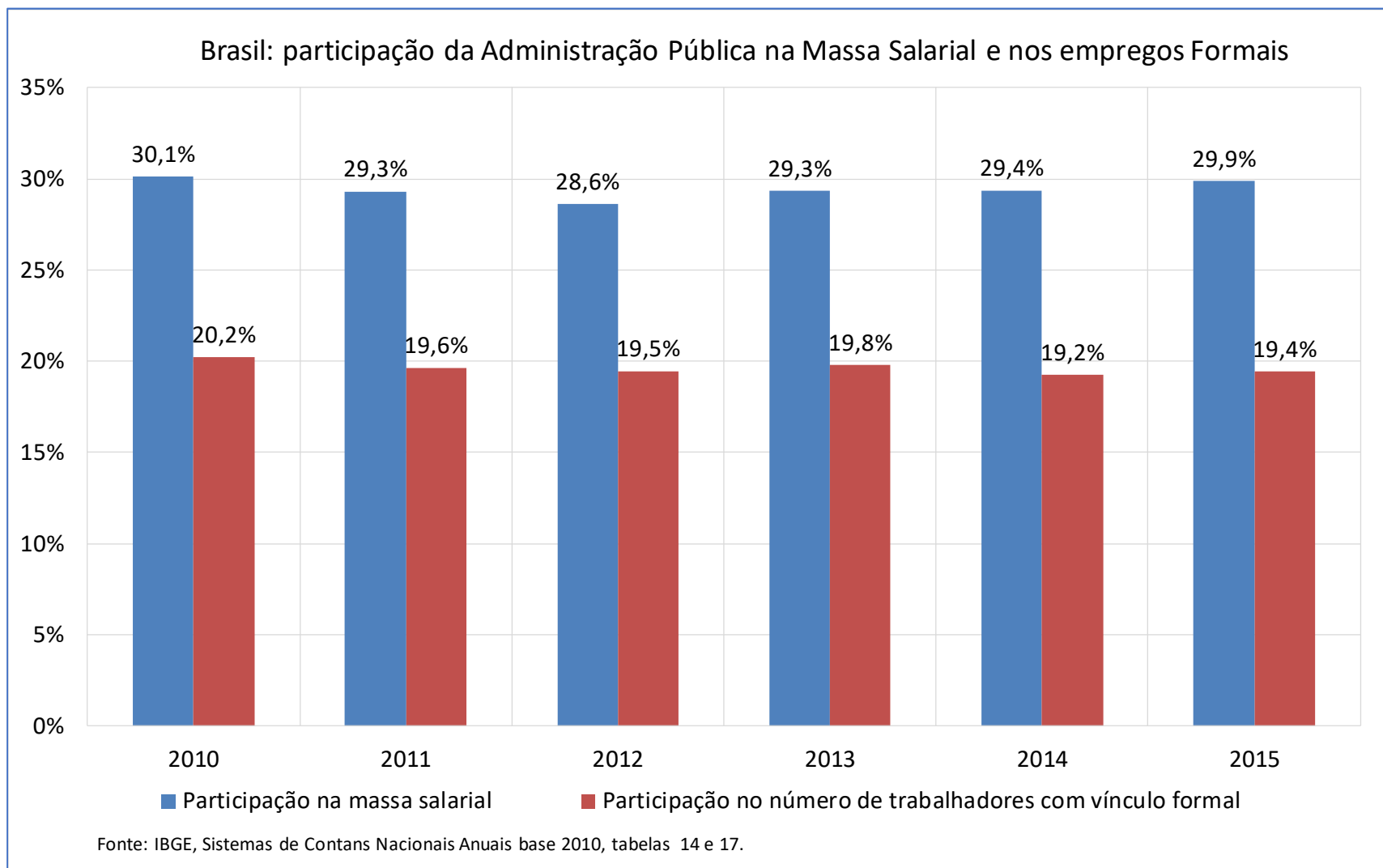
Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV)

27 de março de 2018

Por que reformar?

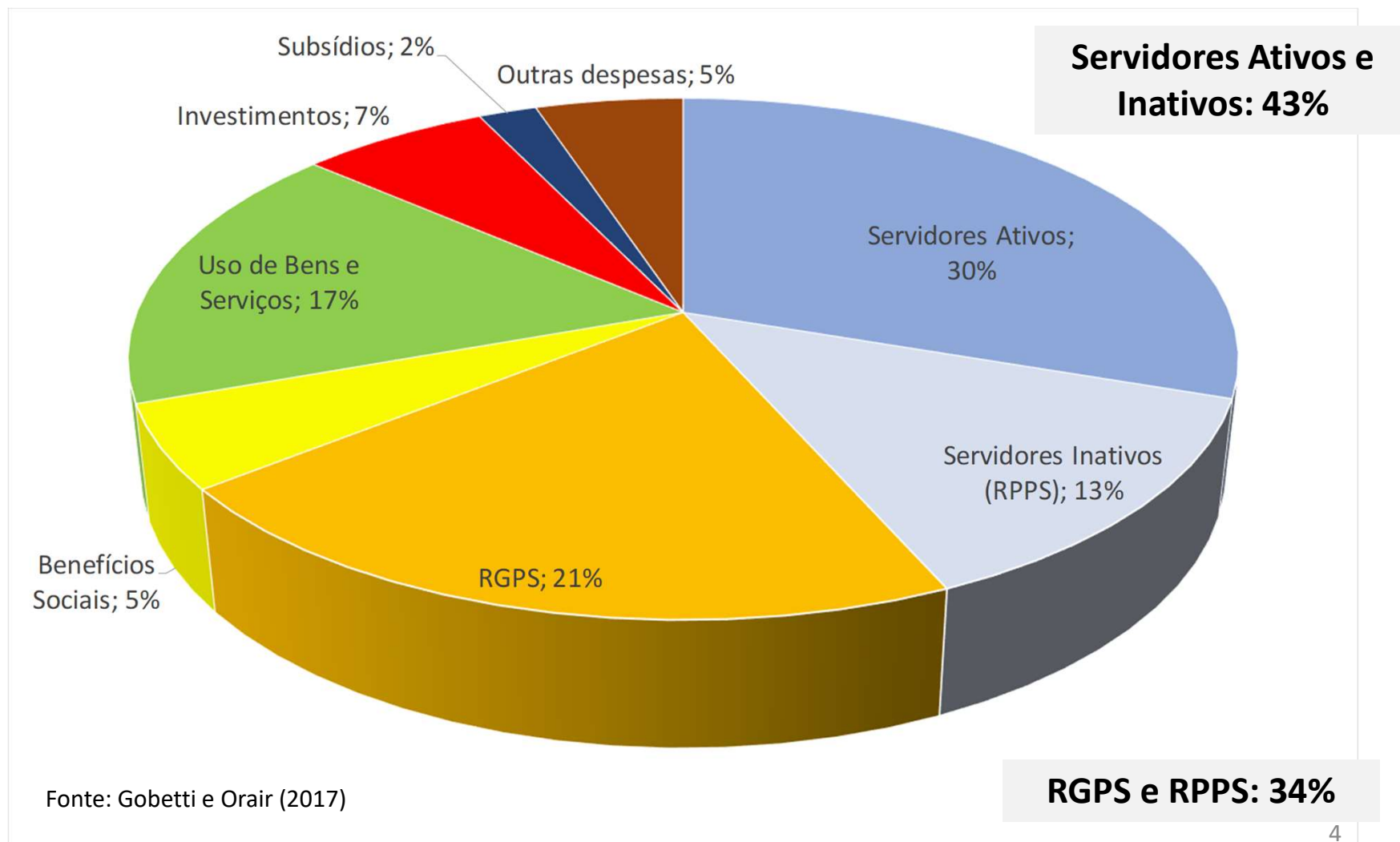
1. Os servidores públicos respondem por uma parcela significativa da massa salarial e emprego formal no Brasil
2. A folha de pagamento é o principal gasto primário do governo geral (União, Estados e Municípios)
3. Gasto com folha subiu em proporção do PIB nos últimos anos
4. A estrutura atual tem muitas carreiras e distorções de remuneração (corrida por salários relativos)
5. O teto de remuneração deverá ser reajustado substancialmente após as eleições
6. Próximo governo enfrentará nova rodada de negociações com os servidores em 2019
7. Aproximadamente 40% do quadro efetivo atual poderão se aposentar até 2022
8. É preciso simplificar e racionalizar o sistema atual de remuneração sem gerar pressões excessivas sobre o orçamento

Servidores públicos representam quase 30% da massa salarial e 20% do emprego formal no Brasil

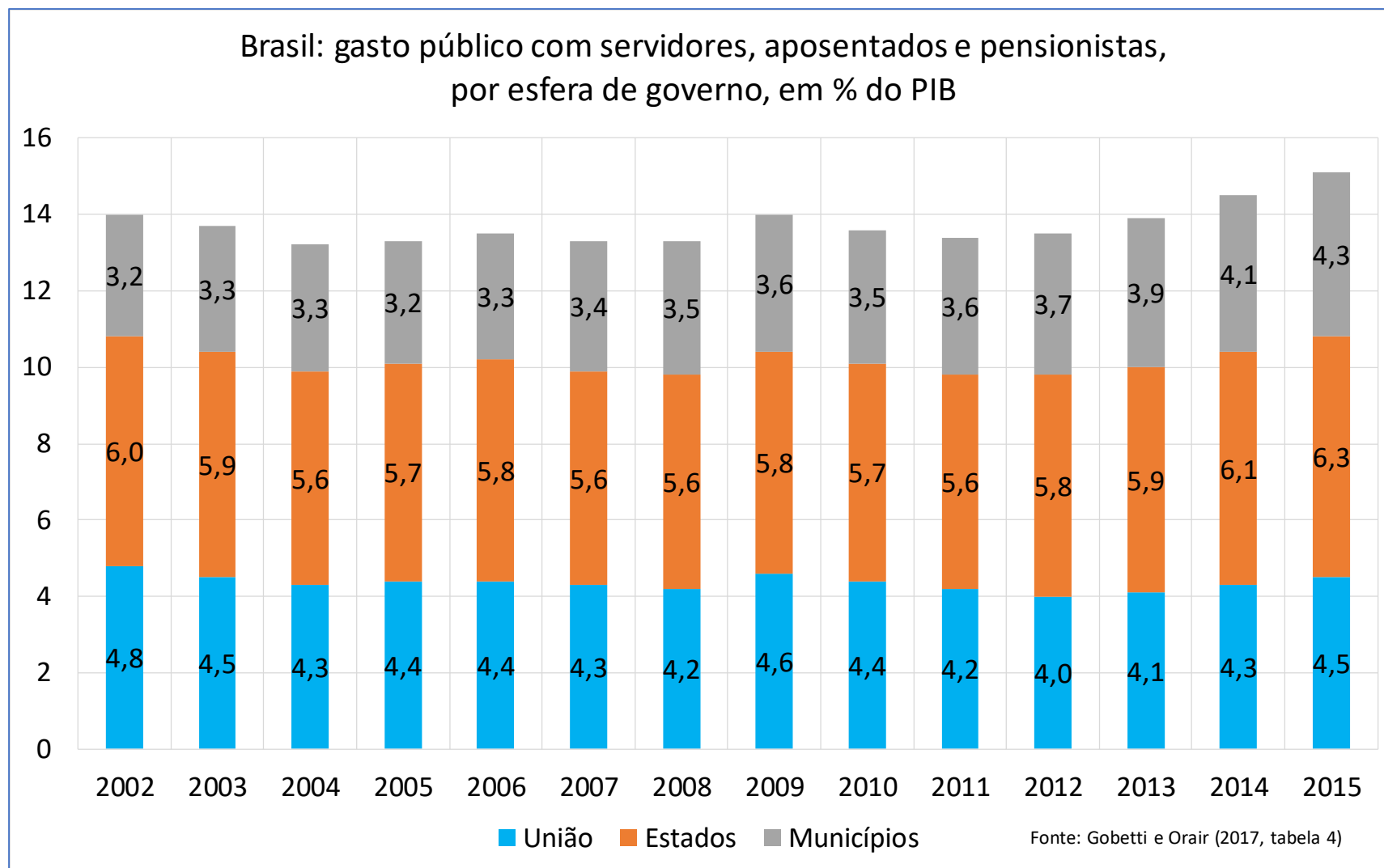


A folha de pagamento é o segundo maior gasto primário da União, mas o principal gasto primário do governo geral

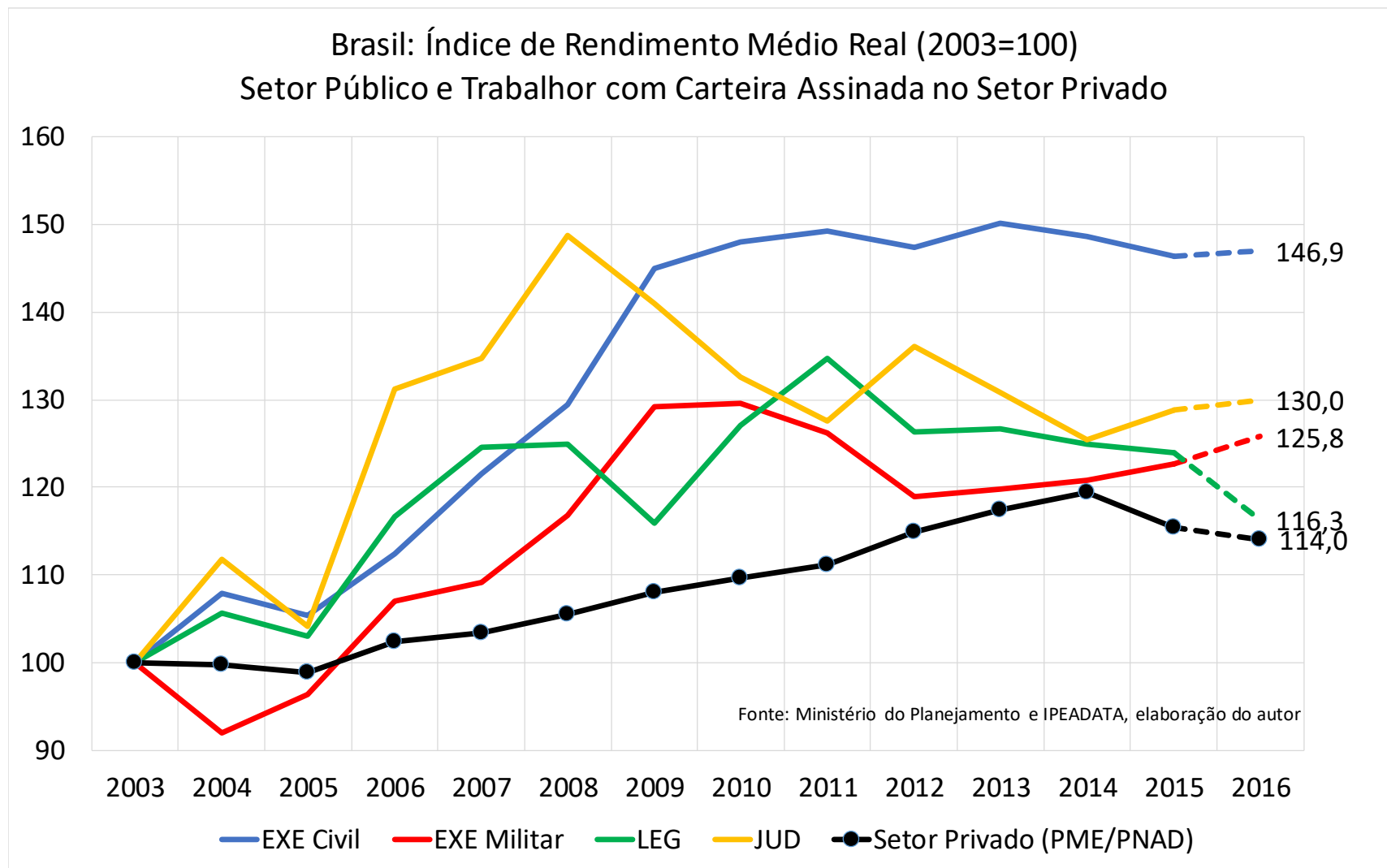
Composição da despesa primária do governo geral em 2002-15



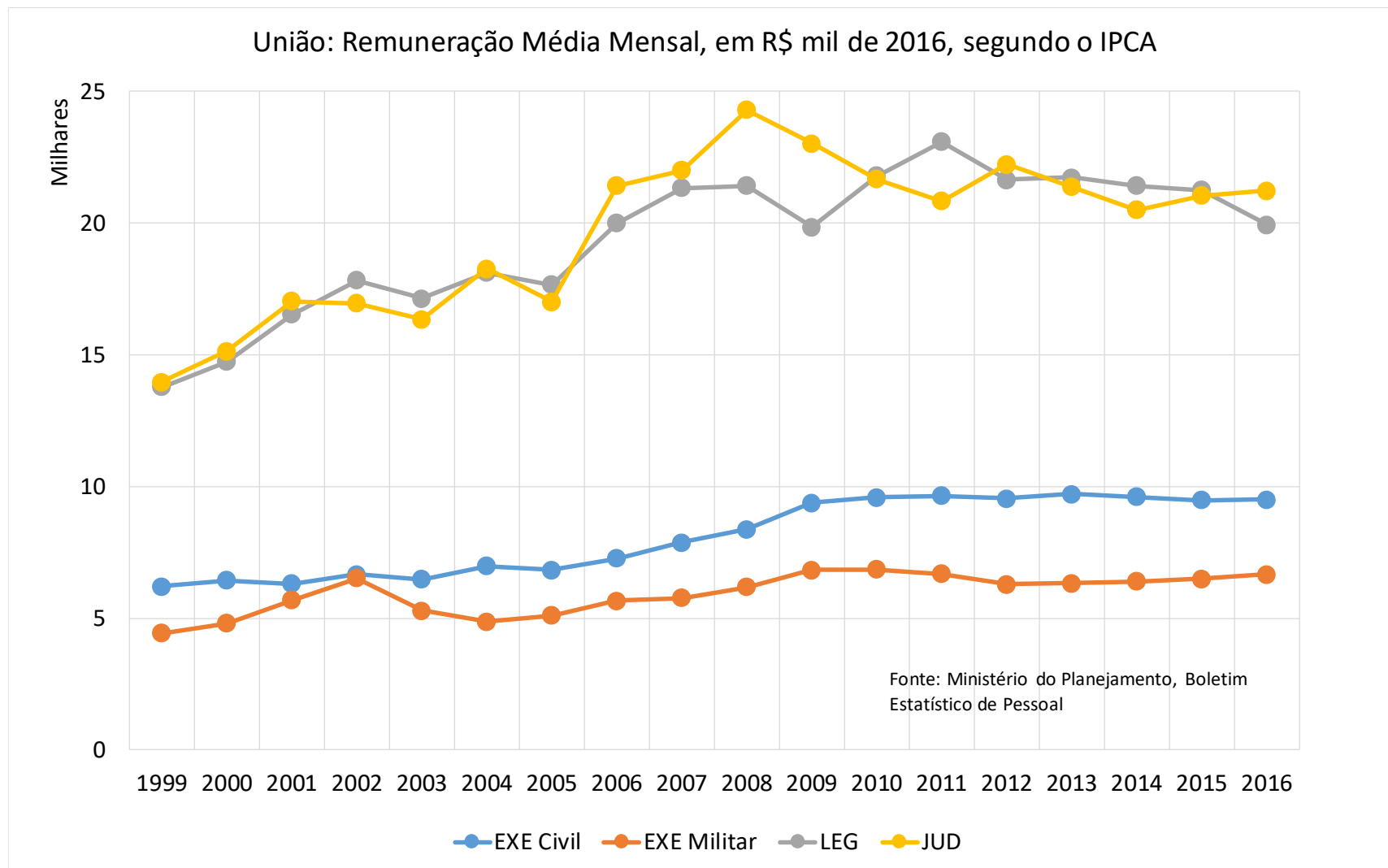
A folha de pagamento do governo absorve aproximadamente 15% do PIB brasileiro atualmente



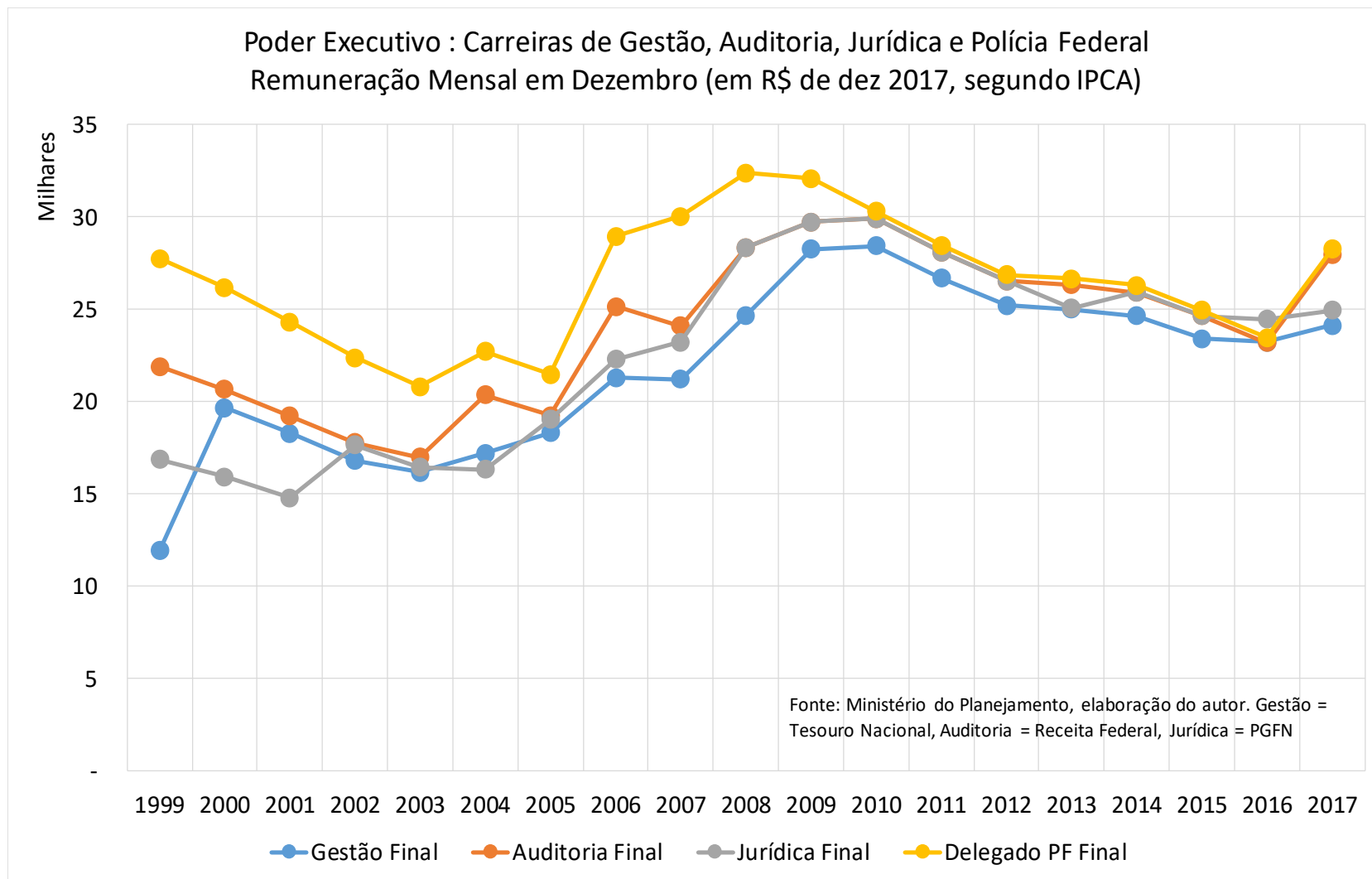
A remuneração real média no governo federal subiu bem acima do que para trabalhadores com carteira assinada no setor privado de 2003 até 2008-09.



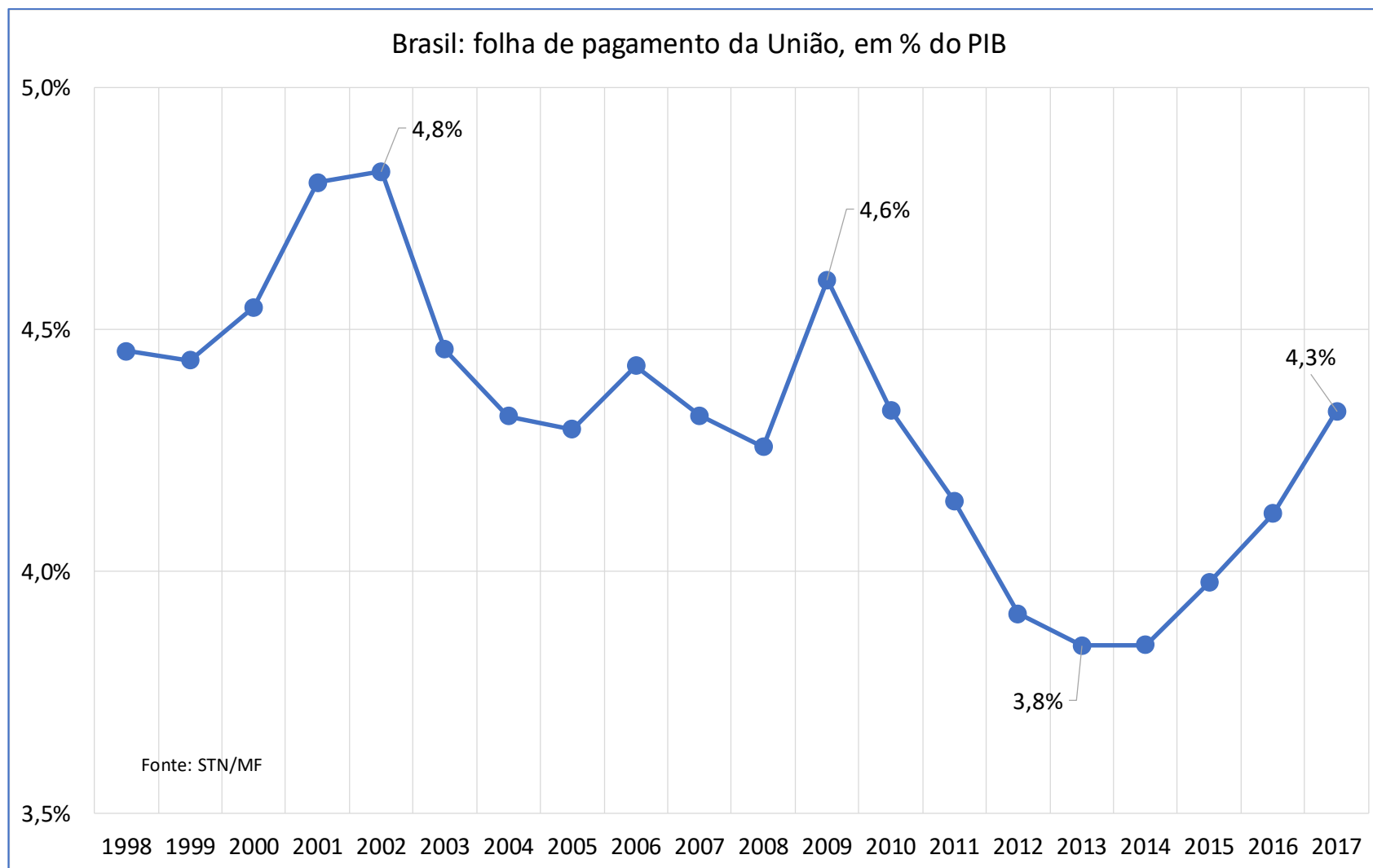
Em termos reais, a remuneração média subiu até 2008, para o Judiciário e Legislativo, até 2009, para o Executivo. Desde então houve flutuação em torno de um patamar estável.



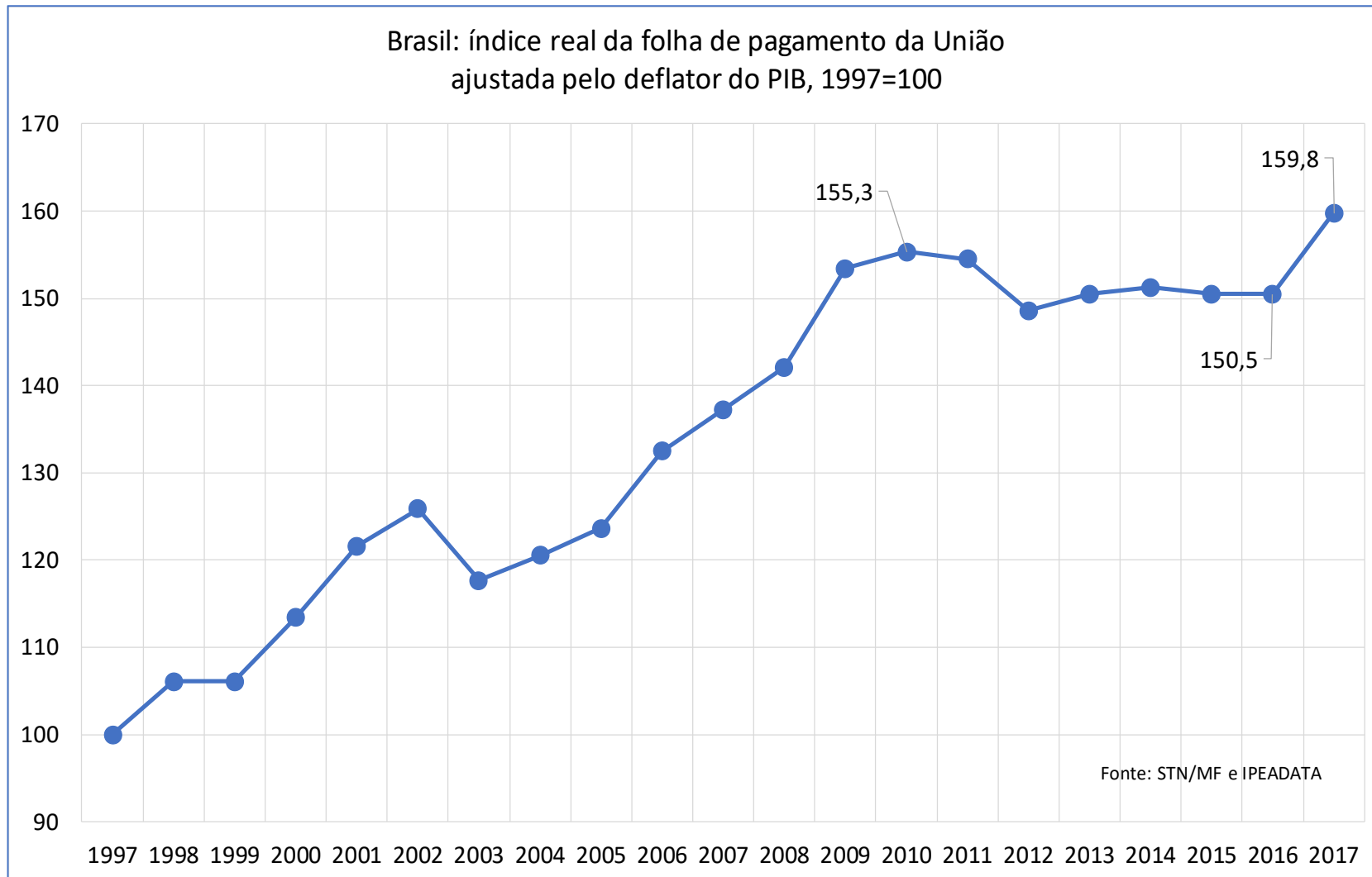
As remunerações das “Carreiras de Estado” do Executivo se aproximaram nos últimos anos, mas a risco de nova corrida por salário relativo nos próximos anos



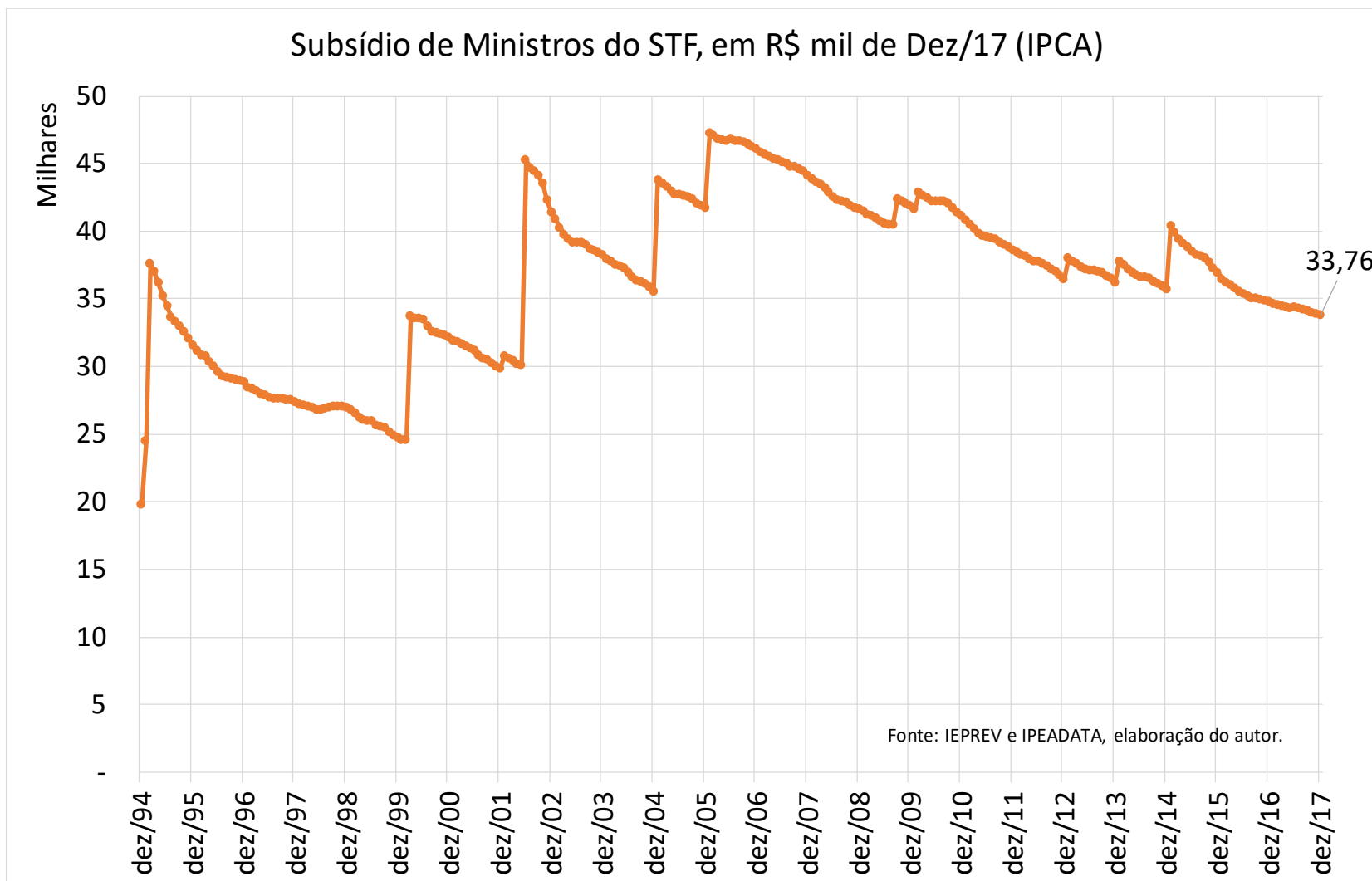
No caso da União, após queda em 2010-13, o gasto subiu 0,5 pp do PIB nos últimos anos (números da STN)



Em termos reais a folha da União ficou estável de 2012 a 2016 e começou a subir a partir de 2017, devido aos acordos salariais para 2016-19



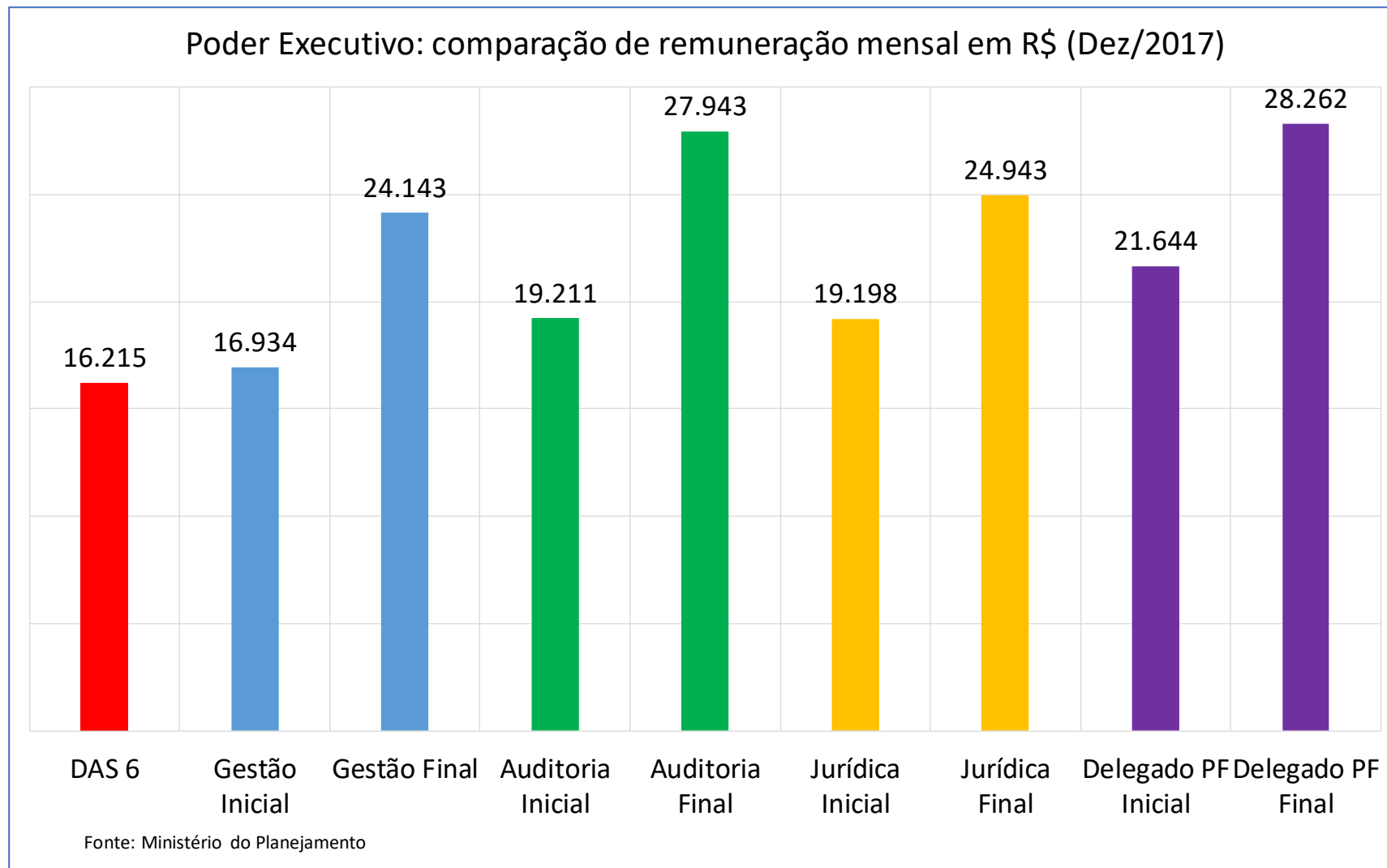
O teto de remuneração do STF está congelado desde jan/15 e deve ter grande reajuste ao final deste ano, após as eleições, iniciando nova corrida por salário relativo



A corrida por salários relativos na União

1. Parlamentares reajustam o teto de remuneração, geralmente a partir de uma proposta do Judiciário
2. Maioria dos procuradores do MP e Juízes ganham pelo teto de remuneração
3. Procuradores do Executivo demandam salários equivalentes ao seus pares no Judiciário e MP
4. Delegados da Polícia Federal e Auditores da Receita demandam salários equivalentes aos da área jurídica do governo
5. Analistas do Tesouro, Orçamento, BC, etc ... demandam salários equivalentes aos da Receita e Polícia Federal
6. Áreas técnicas das “Carreiras de Estado” demandam reajustes similares aos obtidos pelos analistas (nível superior vs nível técnicos)
7. Professores e médicos ficam com salários defasados em relação à cúpula dos serviço público, e também demandam reajustes

A remuneração de cargos DAS6 NE (secretários, diretores e similares) está abaixo do salário inicial das “Carreiras de Estado” que estes cargos chefiam, prejudicando a atração de pessoas do setor privado para o governo.



Modelo Norte-Americano

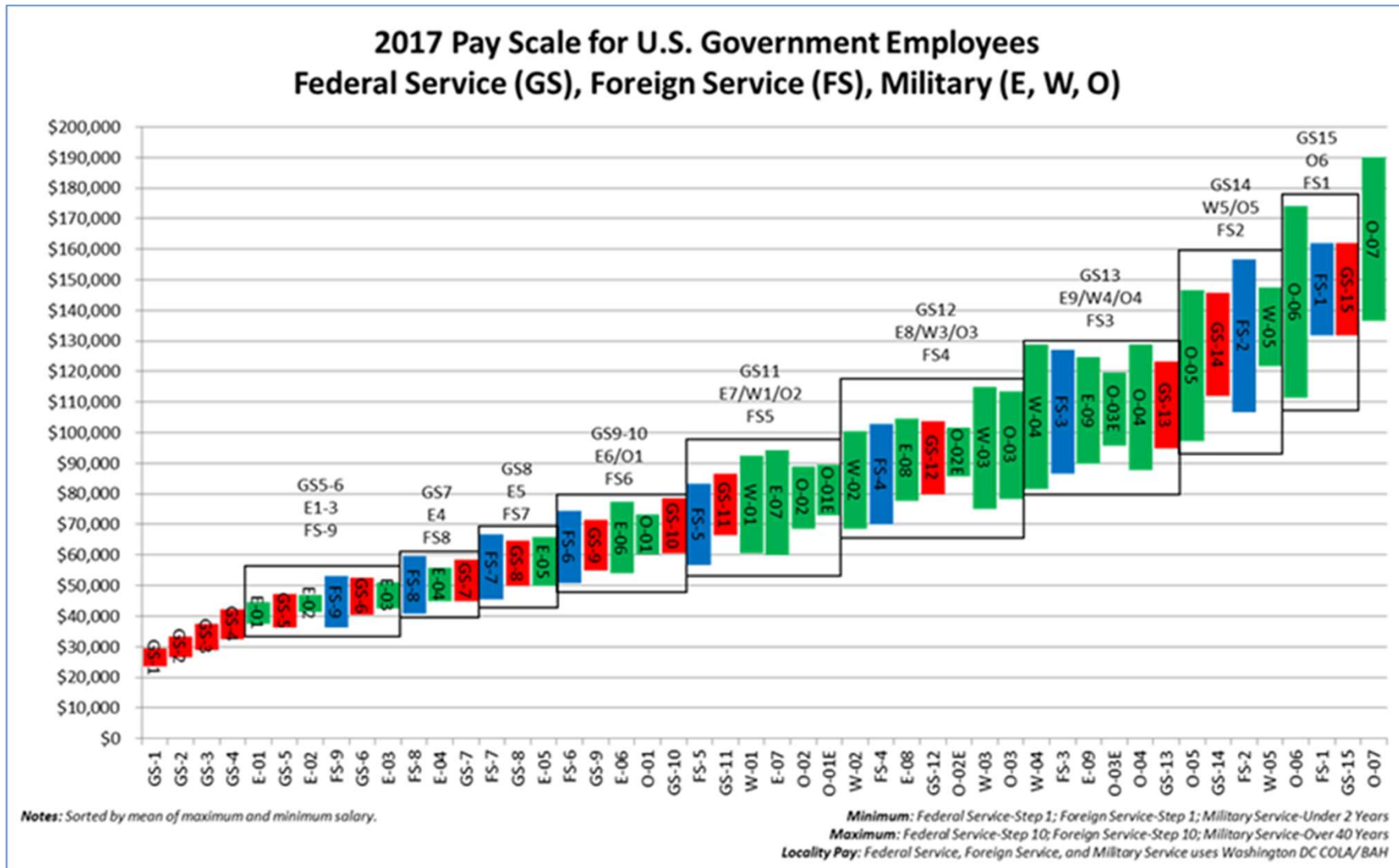
- Desde a década de 1950 o governo federal adota uma tabela única para várias carreiras: o “General Schedule para “serviços” (white-collar) e o “Federal Wage System” para “produção” (blue-collar)
- Também há tabelas específicas para militares e servidores de relações exteriores
- E cinco níveis de remuneração para cargos sênior do poder executivo, o “Senior Executive Pay System” (para Ministros, Secretários, Secretários Executivos)
- Os reajustes anuais tentam seguir evolução dos salários no setor privado, com um redutor
- Mas podem ser adiados pelo Presidente ou pelo Congresso diante de forte restrição fiscal

O “General Schedule” cobre 71% dos servidores civis, em 15 níveis de remuneração (grades), cada um com 10 degraus (steps).

Remuneração anual em 2018, em milhares de USD, fonte OPM (2017)

	Step 1	Step 2	Step 3	Step 4	Step 5	Step 6	Step 7	Step 8	Step 9	Step 10
Grade 1	18.785	19.414	20.039	20.660	21.285	21.650	22.267	22.891	22.915	23.502
Grade 2	21.121	21.624	22.323	22.915	23.175	23.857	24.539	25.221	25.903	26.585
Grade 3	23.045	23.813	24.581	25.349	26.117	26.885	27.653	28.421	29.189	29.957
Grade 4	25.871	26.733	27.595	28.457	29.319	30.181	31.043	31.905	32.767	33.629
Grade 5	28.945	29.910	30.875	31.840	32.805	33.770	34.735	35.700	36.665	37.630
Grade 6	32.264	33.339	34.414	35.489	36.564	37.639	38.714	39.789	40.864	41.939
Grade 7	35.854	37.049	38.244	39.439	40.634	41.829	43.024	44.219	45.414	46.609
Grade 8	39.707	41.031	42.355	43.679	45.003	46.327	47.651	48.975	50.299	51.623
Grade 9	43.857	45.319	46.781	48.243	49.705	51.167	52.629	54.091	55.553	57.015
Grade 10	48.297	49.907	51.517	53.127	54.737	56.347	57.957	59.567	61.177	62.787
Grade 11	53.062	54.831	56.600	58.369	60.138	61.907	63.676	65.445	67.214	68.983
Grade 12	63.600	65.720	67.840	69.960	72.080	74.200	76.320	78.440	80.560	82.680
Grade 13	75.628	78.149	80.670	83.191	85.712	88.233	90.754	93.275	95.796	98.317
Grade 14	89.370	92.349	95.328	98.307	101.286	104.265	107.244	110.223	113.202	116.181
Grade 15	105.123	108.627	112.131	115.635	119.139	122.643	126.147	129.651	133.155	136.659

As tabelas de remuneração dos militares e das servidores no exterior acompanham o “General Schedule”



A tabela para cargos sênior começa com um salário superior ao do “General Schedule”

“Executive and Senior Employee Pay Table” nos EUA, salário anual em USD

Level	Rate	Nível Geral Gargo
1	210.700	Ministro de Estado
2	189.600	Secretário Executivo
3	174.500	Secretário
4	164.200	Subsecretário
5	153.800	Administrador de Agência
Nível mais alto da tabela GSP	136.659	Grade 15, step 10

Fonte: OPM (2017)

Processo de Reajuste dos Servidores Civis nos EUA

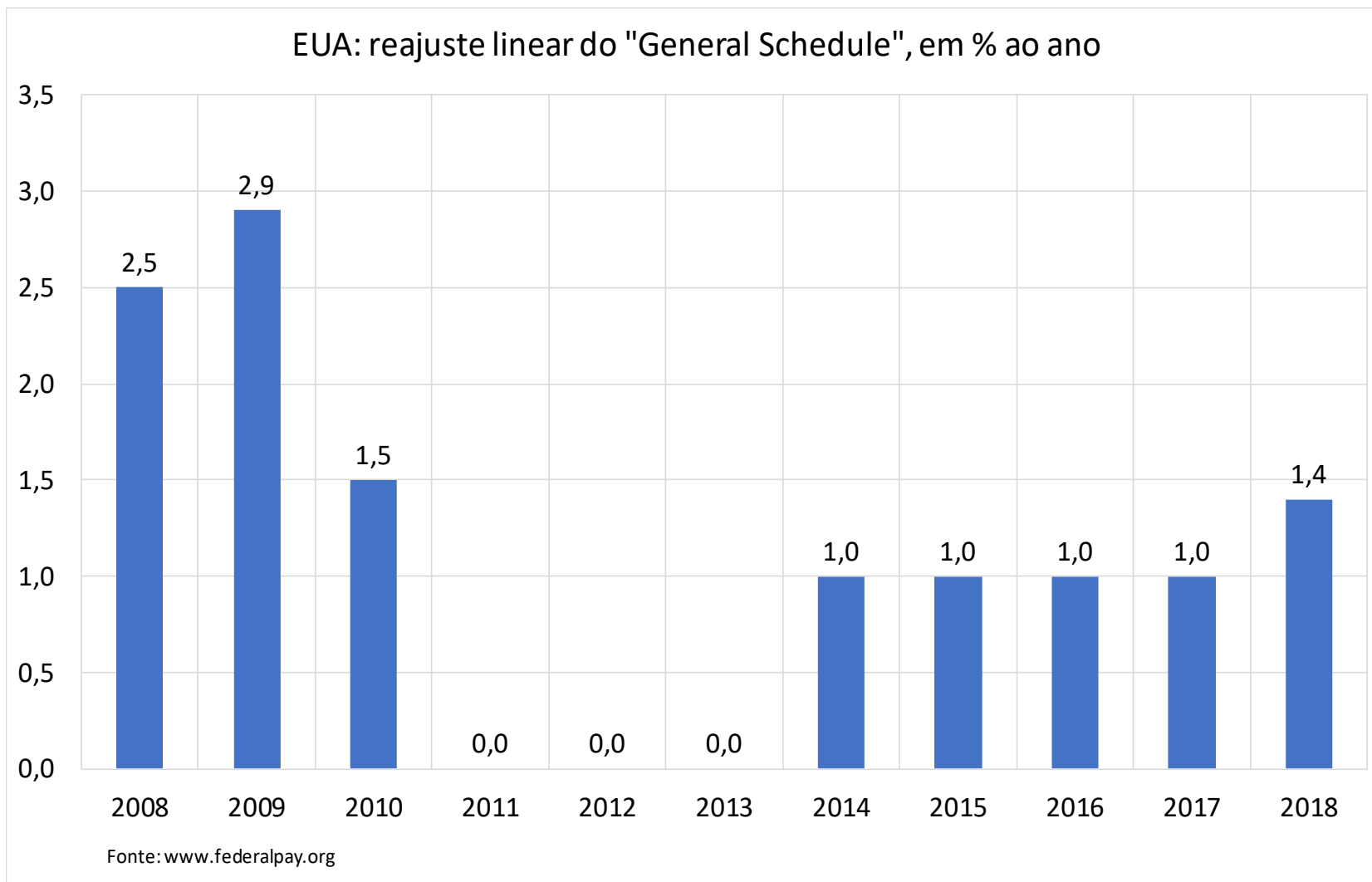
Dois comitês do Executivo analisam e preparam a proposta de reajuste para avaliação pelo Presidente da República, antes do envio do orçamento ao Congresso

- “**Federal Salary Comission**” (FSC): formada por especialistas em administração pública e membros de sindicatos de servidores, analisa a evolução dos salários no setores público e privado e recomenda ajustes nas tabelas dos servidores.
- “**President’s Pay Comission**” (PPC): formada pelos Secretários do Trabalho, Orçamento e Pessoal, avalia a proposta da FSC e submete sua recomendação ao Presidente

Etapas do processo de reajuste de servidores nos EUA

- 1) BLS calcula a variação do custo de emprego no setor privado (Employment Cost Index – ECI)
- 2) FSC calcula o reajuste linear anual, com base na variação do ECI menos 0,5%, e recomenda ou não ajustes na tabela de remuneração com base na variação regional do custo de vida
- 3) PPC analisa proposta do FSC e submete sua recomendação ao Presidente
- 4) Presidente aceita ou não a recomendação do PPS e, caso afirmativo, inclui dotação para o reajuste na proposta orçamentária
- 5) Congresso concorda ou não com a proposta de reajuste do Presidente ao aprovar o orçamento
- 6) Presidente concede ou não reajuste via decreto

Reajustes lineares do GS dos EUA



Princípios para a Reforma no Brasil

1. Estabelecer valor máximo para aumento global da folha, com base nas metas de gasto estabelecidas pelo governo, com prazo de quatro anos (periodicidade do PPA)
2. Criar comitê independente de remuneração do serviço público, de caráter consultivo, vinculado ao poder Executivo.
3. Alinhar remuneração entre o setor público e o setor privado no longo prazo, baseando os reajustes dos servidores na variação dos salários no setor privado
4. Reorganizar estruturas de remuneração em menos carreiras ou tabelas do que existe atualmente, especialmente no Executivo
5. Revisar o teto de remuneração federal, com eliminação de “penduricalhos” e definição somente pelo Congresso Nacional, com base em recomendação do Presidente da República, baseado em parecer do comitê independente de remuneração

Processo de Reforma

- Criação do comitê de remuneração do serviço público, com representantes do setor privado, governo e sindicatos, para assessoramento do Presidente da República
- O comitê de remuneração elabora propostas de reorganização das carreiras e remuneração dos servidores civis, com início em 2020, dependendo do espaço fiscal disponível
- Definição do processo de reajuste salarial em três etapas: (1) limite global definido no orçamento; (2) alocação do valor total entre reajustes e contratações; e (3) distribuição dos reajustes por carreiras de acordo com comparação de atribuições com salários no setor privado.